

Alunos “fora da escola”: um debate sobre imputações de casos ausentes em bases educacionais

Autora: Isis Arantes Maciel de Souza (UFMG), isis.arantes@uemg.br
Coautora: Flavia Pereira Xavier (UFMG), flaviapx@ufmg.br

Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
(FAPEMIG)

Resumo

Este trabalho discute sobre os desafios da análise com dados educacionais longitudinais, sobretudo, sobre as formas de se lidar com os dados ausentes. Em especial, descrevermos a situação dos alunos que estão “fora da escola” a partir da análise de uma coorte de alunos no Censo Escolar, contribuindo para o debate sobre trajetórias escolares. Para isso discutimos sobre as imputações de casos ausentes em bases de dados educacionais e suas implicações. Os resultados mostram que os casos ausentes passíveis de imputações no Censo Escolar estão associados a perfis sociodemográficos.

Introdução

A concentração de renda e de status em determinados grupos sociais faz com que alguns estudantes fiquem em desvantagens escolares. Esse debate é clássico na literatura e pode ser reconhecido na maneira pela qual “a escola reproduz desigualdades sociais” ou como as “desigualdades sociais se transformam em desigualdades escolares” (BOURDIEU E PASSERON, 1975; GOMES, 1994; PETITAT, 1944). O ápice da desvantagem escolar é não estar na escola. Argumentamos que estar fora da escola é uma categoria relevante que deve ser considerada nos indicadores de trajetórias educacionais na educação básica.

Podemos definir trajetórias educacionais como os caminhos percorridos pelos estudantes ao longo do sistema de ensino (NOGUEIRA; FORTES, 2004). Possuem trajetórias regulares os estudantes que percorrem com sucesso todas as etapas da educação básica. E possuem trajetórias irregulares os estudantes que experimentam uma ou mais intercorrências de repetência, abandono e/ou evasão (OLIVEIRA e MENEZES FILHO, 2018; RIGOTTI e HADAD, 2018; SOARES et al, 2021; FERRÃO, 2022; PETRUS 2022; MALAGUTH, 2022, FONSECA et al., 2022). O Brasil apresenta dois problemas relacionados às trajetórias educacionais: o elevado percentual de estudantes com intercorrências na trajetória e, ao mesmo

tempo, o fato dessas intercorrências estarem mais concentradas em alguns grupos sociais. Esse trabalho se dedica à um tipo de intercorrência nas trajetórias: uma coorte de indivíduos que estiveram “fora da escola” no período entre 2009 e 2020.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é colocar em debate os dados brasileiros relacionados aos alunos que estiveram “fora da escola” em uma ou várias ocasiões entre 2009 e 2020, os quais não são contemplados pela maioria dos indicadores educacionais atuais, dentre eles, o Ideb. Para isso, realizamos uma análise sobre a imputação de casos ausentes nas bases educacionais e como essa metodologia impacta os resultados referentes aos alunos que estiveram e ainda estão “fora da escola”. A questão central que norteou esse objetivo foi investigar se as imputações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2017) apresentam algum padrão socioeconômico.

Metodologia

Construir uma base longitudinal a partir do Censo Escolar permite identificar os alunos ausentes ao analisar os anos em que não há registros, o que é inviável ao se trabalhar com as edições da pesquisa separadamente. Com base nos dados longitudinais, é possível a mensuração das taxas de alunos que estão “fora da escola”.

A metodologia para responder ao nosso objetivo consistiu na construção de duas bases de dados longitudinais e na comparação entre elas, que são diferentes versões do Censo Escolar filtradas por coortes. Denominamos essas bases por **Base Longitudinal 1 (Base L1)** e **Base Longitudinal 2 (Base L2)**. A **Base L1** contempla os anos de 2009 a 2020 e foi construída a partir da base de fluxo do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sua coorte é os nascidos entre 1º de abril de 2002 e 31 de março de 2003. Já a **Base L2** tem abrangência de 2009 a 2017 e foi construída a partir das bases públicas do Censo da Educação quando estavam disponíveis *online* e com os *ID's* passíveis de ligação. Nessa base, a coorte considerada também é composta pelas crianças nascidas entre 1º de abril de 2002 e 31 de março de 2003. Em busca de comparação, imputamos a **Base L2** trabalhando o mais próximo possível da metodologia de imputação utilizada pelo Inep e traçamos o perfil dos alunos que foram imputados para verificar se existe algum padrão socioeconômico dos casos imputados ou se a distribuição é aleatória. Calculamos

as porcentagens imputadas em cada grupo para as variáveis raça/cor, dependência administrativa da escola e sexo.

Resultados e discussão

As taxas de alunos fora da escola da **Base L2** são mais altas se comparadas com as taxas da **Base L1**. Por exemplo, no ano de 2014, a **Base L1** apresenta menos 16% de alunos fora da escola se comparada com a **Base L2**. Essa diferença que - provavelmente - se explica pela imputação realizada na **Base L1** permite a inferência de que as imputações em grandes bases de dados educacionais valem o debate.

Sobre o padrão socioeconômico dos estudantes imputados, constatamos que 27% dos estudantes com imputação não tinham declaradas também as informações de raça/cor. Enquanto a maioria dos estudantes com imputação (59,9% do total dos imputados) pertence às escolas federais. Esses resultados evidenciam a existência de um perfil distinto entre os alunos que passaram pelo processo de imputação de informações.

Conclusões

Este artigo se voltou para o debate sobre os alunos que estão fora da escola. A compreensão do fenômeno é absolutamente central para o entendimento e enfrentamento das elevadas taxas das trajetórias irregulares. Argumentamos que analisar essas categorias de modo mais granular pode apontar para fatores que a literatura ainda desconhece e dar pistas para políticas públicas que ainda não foram elaboradas.

Reconhecer a magnitude do problema é um primeiro passo em direção à sua resolução. Assim, nossa sugestão é o amplo debate sobre as imputações de casos ausentes nas bases educacionais e o compartilhamento de códigos utilizados para tais imputações. Essas duas medidas podem ser eficientes na redução das inúmeras dificuldades enfrentadas no estudo das trajetórias escolares e, conseqüentemente, no preenchimento das lacunas existentes na literatura sobre o tema e seus resultados ainda divergentes.

Referências

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

Ferrão ME. The evaluation of students' progression in lower secondary education in Brazil: Exploring the path for equity. Stud Educ Eval. 2022.

Fonseca, Izabel, Clarissa Rodrigues, Esmeralda Correa, Teresa Alves, Francisco Soares Monitoramento da Permanência na Educação Básica com o Indicador de Regularidade de Trajetórias Educacionais. Manuscrito submetido para publicação. Texto disponível com os autores. (2022).

GOMES, C. A. O funcionalismo e a educação. In: GOMES, Cândido Alberto, A Educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1994, p. 31-44.

INEP; CGCQTI; DEED. Estimativas de fluxo escolar a partir do acompanhamento longitudinal dos registros de aluno do Censo Escolar do período 2007-2016. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Nota Técnica nº 8, 2017.

NOGUEIRA, C. M. M.; FORTES, M. F. A Importância dos Estudos sobre Trajetórias Escolares na Sociologia da Educação Contemporânea. Paidéia, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 57-74, 2004. Disponível em: Acesso em: 17 dez. 2015.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, A. P.; MENEZES FILHO, N. Idade de ingresso escolar, repetência e evasão escolar no Brasil: uma abordagem para estimação de efeitos causais. In: 46º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Anais [...]. Rio de Janeiro: Anpec, 2018.

PETITAT, A. As teorias gerais – II A corrente funcionalista In: PETITAT, A. *Produção da escola – produção da sociedade* Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 11-21.

PETRUS, J. 2022. A tipologia da pré-escola cursada e sua relação com a trajetória de crianças nos primeiros anos do ensino fundamental, Ano de Obtenção: 2022. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.E FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. Revista Brasileira de Estudos de População [online]. 2021, v.38

Thiago Zordan Malaguth. Migrações e Fluxo Escolar da Coorte de Estudantes de 2008 a 2019, em Minas gerais. 2022. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais.